

AS PROSPERIDADES DA “INOCÊNCIA” OU O POP PARTIU PRA PQP

Sessão de encerramento do trimestre
de estudos consagrado à *Morfose* no
IJL - Instituto Jacques Lacan, instituto
de ensino do Colégio Freudiano, 27 novembro 1990.

Início com a audição de *O Papa é Pop*,
com Engenheiros do Havaí.

Como sabem, desde meu Seminário, arrolo sob a rubrica de *Morfose*, perversidade e fobia. Coloquei o *limite* com referência àquilo que Lacan chama de Nome do Pai e falei de *forclusão do limite*; coloquei também o *horizonte* como limite, e falei de *inclusão do limite*; por decadência disso, há a figuração como *fronteira* e a redução de tudo como ponto, talvez fetiche, que chamei de *Marco*, caso em que falei de *reclusão do limite*; e falei na possibilidade de *eclosão do limite* como eclosão do Sujeito. O caso da morfose, como também já sabem, nas suas duas vertentes de perversidade e de fobia, se refere à redução do horizonte e da fronteira a seu empacotamento dentro de um *Marco*. Outrora, eu disse que era uma espécie de clausura do Nome do Pai dentro do fetiche, mas agora apresento como um empacotamento também dentro de um objeto ou coisa desta natureza.

* * *

Lacan, em *Kant com Sade*, diz que é uma tolice o fato de se considerar Sade o precursor de Freud ainda que fosse, como dizem alguns, uma espécie de catálogo das perversões. Realmente, não se trata disto. Eu diria que não considero o Marquês de Sade nem mesmo um catálogo das perversões. Considero sua obra como um *catálogo de fantasias*, o que é muito diferente. E como catálogo de fantasias ele é excelente. Como já lhes disse, Philippe Sollers apresentou relativamente a Sade uma definição preciosa de Inconsciente: “O inconsciente é a inibição de ler Sade”. Ele está se referindo aí a um inconsciente certamente enquanto recalcado. A inibição de se defrontar com as fantasias define o recalcado com muito

precisão, sobretudo no que diz respeito a um analista, o qual não pode ficar inibido de, pelo menos, tomar notícia de fantasias mesmo quando não sejam postas em cena, realizadas...

Mas, hoje, eu preferia ficar em comentários mais genéricos. Depois, na conversa, quem tiver questões teóricas mais detalhadas pode colocar. Quero comentar sobre a *generalização da perversidade no campo social*.

A rigor, o Sujeito não tem objeto. Isto porque tê-lo de direito é não tê-lo de fato. Portanto, o desejo que se demonstra por alguma emergência, algum ato que indica surgimento de Sujeito, não impõe objeto para o movimento capaz de produzir Sujeito. Este talvez seja o grande drama da espécie, dos falantes: não há nenhum objeto para o Sujeito. Falta radicalmente o objeto no sentido de que o desejado não há. Daí a decadência, a declinação, desse desobjeto em *objetos* mediante os quais certamente nossas operações são possíveis dentro do mundo. E a decadência posterior do objeto, para além da simples perversão da escolha de objetos privilegiados por determinado indivíduo, determinada *pessoa* (vamos parar com essa mania de lacaniano de pensar que quem fala é Sujeito: cachorro também fala e não é Sujeito), a ponto de carregar junto com ele as possibilidades que tem esse falante de se deixar emergir em Sujeito, chega ao que chamamos freqüentemente de *feitiço*, para bem ou para mal, para mais ou para menos, para fobia ou para perversidade. Então, já é momento de os analistas se darem conta de que não se pode mais ficar com a brincadeira interpretante de tentar aniquilar o objeto perverso de ninguém. O objeto é, sim, questionável na demonstração analítica de que, por trás dele, não há nada, há desobjeto. Entretanto, nas pragmáticas cotidianas, porque foi o encontro, uma tiquê em algum momento, uma eventual topada num determinado objeto resta na comemoração erótica, matemática, política e mesmo poética de determinado indivíduo.

Nossa questão não é por aí, embora o objeto que qualifica a perversão de cada um, a perversão nossa de cada dia, tenha que ser questionado numa análise no sentido de se descobrir que não há nada que o sustente por detrás da fantasia em que ele se coloca. Daí ser preciso também fazer uma diferença entre *desejo* e *querer*. O desejo não é o querer. Não é muito comum no brasileiro, pelo menos não era antes do lacanês aparecer no vocabulário, dizer que “deseja” alguma coisa. Dizemos que estamos com *vontade* disso, com vontade de comer aquilo... Acho muito mais correto. Isto porque justamente o que se deseja, não se sabe o que é, porque não é. Se posso indicar o objeto do desejo, o desejo se ancorou em algum lugar, portanto estou com vontade disso ou daquilo. Tanto é que posso estar com vontade de não-isso ou não-aquilo anoreticamente, por exemplo.

Se as condições de pensamento, como coloca Alain Badiou, são: matemática, poética, política e erótica, devemos pensar na possibilidade de cada uma destas condições, uma vez que já noduladas pela condição erótica, num processo de comemoração. Eu me pergunto se cada uma destas condições não está implicada quando faço a escolha de uma delas como eventualmente (e não necessariamente) suturante no trato das questões. O bobajal psicanalítico mais corrente nos livros a respeito de perversão, por exemplo, é vermos os autores perdidos, não fazendo a menor idéia do que ela seja e se esquecendo de pensar que, do ponto de vista da erótica, em termos mais genéricos, no que diz respeito ao amor, ao tesão, que esta erótica não é necessariamente erótica pura. Ou seja, que podemos perfeitamente ter uma erótica matemática, uma erótica poética, uma erótica política.

Como situar, por exemplo, uma vontade perversa, e não perversista, que politicamente se apresente como destruidora de uma situação impositiva anti-poética e anti-matemática? Considero tolo o analista que fica olhando para a vontade perversa do sujeito para aquém do seu questionamento no sentido de que o não-objeto, que não sustenta isto, venha a se oferecer. Olhar aquém é se esquecer que, ainda que o sujeito advenha ao reconhecimento da falta absoluta, da inexistência, da não havência radical de objeto, mesmo dentro deste reconhecimento, algumas escolhas do tipo “vontade perversa”, se não todas, têm que ter implicâncias matemáticas e poéticas que freqüentemente seguem as implicâncias políticas. Existe uma política do erótico; uma matemática do erótico; assim como uma poética do erótico.

Essa coisa mesquinha, se não imbecil, de um psicanalista, seja teoricamente ou na sua prática, escolher esta ou aquela perversão, esta ou aquela vontade de *phoder* - que é o modo correto de escrever o *poder* de Nietzsche - por ali, não pode, para aquém da radical não havência de objeto sustentador, ser escolhida entre outras vontades de poder como necessariamente fora de possibilidade ou fora de permissão. Nada garante isto, a não ser determinado ditame imposto por determinada situação. Os analistas se perdem freqüentemente aí, pois, ao invés de questionarem para que alguma emergência de sujeito venha na ausência radical de qualquer havência objetual, ficam implicando que isto ou aquilo - por raciocínios absolutamente não demonstráveis - define uma perversão. Isto porque, para eles, não existe nem a perversidade, que é uma perversão que deve ser curada. Toda e qualquer significação em nível de objeto, de significantes arrumados como uma série de x ou y , deve ser curada no sentido de se chegar à não-havência que sustenta o desejo que por ali passa.

Este mal-entendido dos analistas tem que ser destruído, pois é justamente uma estratégia defensiva no sentido de não se abordar com o rigor que se deveria a verdadeira perver-

sidade, sobretudo no que ela está espreada no campo social. A insistência - que não vou deixar de nomear *tecnicamente de imbecil* - nesta vertente aí é defensiva contra o *dever* que deveria ter o analista de praticar intensivamente a cura da perversidade que está espreada no campo social. Como já lhes disse, o que há é um grande montante de neuróticos que vota no partido de determinado perversista contra a indicação de ditas perversões... para ser literalmente enrabado pelo perversista em quem votou.

Por que, então, esta perversidade social no nosso tempo? Acho que nunca foi tão evidente. Daí eu ter dado a nosso encontro de hoje o título *As prosperidades da inocência*, fazendo a paródia com *As prosperidades do vício*, do Marquês de Sade. Estão todos refestelados na inocência na medida em que apontam para outrem perversões e fobias, morfofos em geral, que são aquelas mesmas, estruturalmente, pelo menos, que acoçam a sociedade por inteiro. O que será que aconteceu que pôs esta perversidade social à tona? Há uns autores que insistem galhardamente contra o *narcisismo*, que o problema da cultura de hoje é o narcisismo. Isto me parece tolo. Se fosse um narcisismo de ego até daria para entender, mas o narcisismo não é só isto. É uma condição *sine qua non* de Haver. Nada há que narcisicamente não se escore em algum lugar. Se partirmos para o campo do dado, do artifício natural, uma árvore é absolutamente narcísica. Qualquer gato, cachorro, cavalo, é absolutamente narcísico, e com direito de sê-lo. O falante tem o seu direito narcísico, do ponto de vista de estrutura imaginária, egóica, bastante prejudicado justamente porque deveria ter o dever narcísico por outra vertente. Conhecemos bastante aquelas coisas que Freud chamou de feridas narcísicas - se não foi ele quem deu o nome, pelo menos é nele que está a sua base -, de feridas ao narcisismo da compleição egóica e imaginária. O reconhecimento de suas possibilidades subjetivas, para o falante, é o reconhecimento de um vazio radical no seio da estrutura. Este é seu único apelo específico. No que isso há, no que o Haver porta isso também, deveríamos, pois, falar numa indicação de dever não de a ferida narcísica ser reconhecida de fato, mas de um *narcisismo da ferida*. Qual será a diferença entre o narcisismo da inteireza e, portanto, sujeito a feridas narcísicas, e o narcisismo da ferida? O que esta espécie produziu que preste - no sentido de demonstrar sua existência -, me parece não ter sido até hoje senão o exercício radical de um narcisismo da sua ferida: a exibição contundente e veemente da sua ferida. Este narcisismo não é para ser desprezado, muito pelo contrário, deve ser cultivado por todos os monstregos animalizantes e animalizados que se esquecem de seu lugar nesta espécie. Falei monstrengo, e não monstro, pois este é coisa séria.

Desde que a chamada humanidade perdeu, quase que espontaneamente - pela exibição narcísica de suas feridas sucessivas, de alguns dos seus componentes - certas aparências de

certeza na compleição das situações em que vive, aparências encontradas em grandes ordens míticas, religiosas e mesmo filosóficas, por exemplo, ela caiu na sucessividade de estruturas parciais de pensamento, para além das estruturas religiosas, míticas, científicas, poéticas e políticas. E a insistência nestas estruturas veio demonstrando, vez por vez, que não havia, afinal de contas, no que se apoiar para encontrar garantias de que, de algum modo, ainda que discursivamente postas, obrigassem ao que poderíamos chamar até de *vontade de transcendência*. Quero supor que, por aí, foi-se caindo num descrédito radical de cada uma destas estruturas de modo que a espécie vem perdendo gradativa mas violentamente as estribeiras. Ou seja, a noção de horizonte vem decaindo bruscamente nas suas limitações de fronteira e se recolhendo finalmente nos seus *Marcos* perversistas, um a um. Os neuróticos embarcam na tese, praticam a perversidade porque ela está na moda e porque são bem pagos para isto.

Chamo a sociedade de perversista na medida em que vivemos o *fetichismo do ego*. Assim como Lacan aponta na psicose como que uma impossibilidade de emergência do Sujeito, ou seja, que o psicótico fala com o instrumental do seu ego, através do seu ego, eu diria que *a morfose é simplesmente o narcisismo de ego e portanto o fetichismo do ego*. Fetichizar o ego é empacotar no *Marco* egóico tanto a fronteira quanto o horizonte. Como o horizonte se perdeu, ninguém mais quer tratar de horizonte porque, do ponto de vista científico, ficou parecendo que não há transcendência. As religiões ainda insistem em alguma transcendência mediante uma certa fé, mas também verificamos que facilmente caem de volta na sua perversidadezinha. E se o poeta aqui e ali consegue fazer uma eclosão qualquer, imediatamente não é a eclosão que fica em evidência, e sim o resto (a obra) é que é fetichizado imediatamente. Tomem o caso do horror do surgimento de um Van Gogh na miséria, absolutamente não reconhecido, nem mesmo pelo irmão - que só lhe dava o dinheiro porque era irmão, e não porque era Van Gogh -, e o preço que tem hoje num leilão. Isto é um insulto, não há nenhum reconhecimento aí. O imbecil que o comprou certamente não tem a menor condição de o olhar. É um insulto à emergência que ali houve, pois o que vale agora é o fetichismo do quadro. Entra-se, pois, nos baratos dos egos, mas, como Lacan demonstrou, o ego não passa de mero objeto, de substituto fajuto do objeto que não há.

O desprestígio total de qualquer transcendência hoje, é evidente. Isto porque a transcendência é visualizada de dentro da nossa sistêmica. Nada por aqui nos dá a menor impressão de que alguma transcendência tenha validade, sobretudo hoje que estamos mergulhados até os beiços na cloaca perversista. Alguma coisa precisa surgir em lugar desse horizonte perdido. E isto me parece responsabilidade dos psicanalistas, os quais têm sido péssimos exemplos, pois têm facilmente caído no barato do ego, no sucesso profissional, na

titulação, nas instituições, etc. O que a psicanálise nos trouxe que pudesse, neste momento de perversidade tão generalizada, nos oferecer como algum substituto de transcendência? Quero supor que nenhum outro discurso no momento presente terá tido a competência de oferecer substituto à transcendência. Só que os analistas parecem surdos, não gostam de escutar essas coisas, sobretudo quando podem interferir na administração dos seus consultórios. Mas para além do desprestígio da transcendência, temos já oferecida para psicanálise a *certeza do Sujeito*. Há uma verdadeira saudade e nostalgia do horizonte, como se este tivesse se perdido para sempre. No entanto, de modo algum é este o caso. É preciso que os analistas, antes de mais nada, sejam capazes de entender isto e tentar disseminar este entendimento pela experiência da eclosão do limite.

As delícias do capital, na sua perversidade fundamental, se prestam muito bem a toda burocracia, a toda administração, a toda mestria. Como aprendemos com o discurso do mestre, do Dr. Jacques Lacan, o mestre não é senão o mundo do capitalismo. Ou seja, o fundamento do capitalismo, um discurso capitalista, é o discurso da mestria. Mas as delícias do capital, que afogam inclusive os analistas contemporâneos, não deixam de ser questionadas peremptoriamente pela *verdadeira posição do analista, que deveria ser exemplar da certeza do Sujeito*. Aliás, não há mais temor a Deus - lembrem do Seminário em que Lacan fala de *la crainte de Dieu?* - porque todos os deuses que nos foram apresentados, mesmo aquele barbadinho do monoteísmo, são Sujeitos meio comprometidos com as fronteiras e os *Marcos*. O que seria, então, de se colocar na certeza do Sujeito como substituição ao temor de Deus? Suspeito de que seja algo parecido com o *respeito ao Falanjo*. O respeito pela essencialidade do Sujeito como passível de emergência no campo dos falantes, esses macacos esquisitos. O respeito ao Falanjo necessariamente institui nas relações interpessoais o que teríamos que chamar, tomando um termo técnico do balé, de *pas de deux*, o qual não funciona sem dois, só há dois. Mas o termo francês diz: não há dois. Também não diz que há um. Ou seja, o *pas de deux* não é a concessão às esquisitices do companheiro, às inferioridades do macaquinho que mora ao seu lado, e sim uma dança constante em que há um tripé.

O terceiro pé, dele temos certeza: é vazio, mas é certo. É onde se configura tudo o que a psicanálise, só ela, no mundo moderno veio constituir como sendo o que poderia chamar, com respeito, de *Amor*. Mas esta palavra está desmoralizada, a ponto de ser necessário um grande esforço para se fazer uma limpeza. Fala-se de amor a Deus e de amor ao outro, nos referenciais suturantes das religiões. Fala-se também de amor próprio, que geralmente está referido ao orgulho de certas posições inabaláveis em determinada pessoa. Mas não poderia ser o da *transa possível de um amor voltado à alteridade no maior amor próprio*, ou seja,

amor pela essencialidade do falante? Este sim é próprio, o resto é do macaco, que tomamos emprestado, é até interessante, delicioso, mas não é próprio. Próprio é o do Sujeito. A psicanálise vem dizer algo que parece velho mas que é radicalmente novo: a solução temporal está referida ao amor. Parece muito com uma coisa que aconteceu recentemente - ou seja, há dois mil anos -, de certo Sujeito, também brilhante, genial muito honesto, que veio nos dizer: amai-vos uns aos outros. Isto nada tem a ver com a psicanálise. Seria absolutamente falso um Freud ou um Lacan dizer uma bobagem dessas. Talvez seja até melhor dizer: Não amai-vos uns aos outros, pelo amor de Deus. Mas na vontade cristã de solução, o rapaz, que era absolutamente genial, teve a idéia de resolver tudo com o “amai-vos uns aos outros”, ou seja, ele não tinha aprendido psicanálise, não sacou o Inconsciente tal como um Freud. E certamente recairíamos nesta tentativa cristã quando repetimos amai-vos uns aos outros (quer dizer: a patota, pois há uns que não são amáveis, é óbvio). Faz-se uma grande democracia parlamentar, cada vez com maior representatividade, pequenas patotas vão aparecendo, fazendo seus deputados... e caímos no amai-vos uns aos outros de congresso nacional, se não mundial. Poderíamos dizer que esta frase reduziria o Ocidente à solução da lei do amor.

A solução trazida pela psicanálise não é esta, e sim *o amor para além da Lei*. Logo, esta lei não tem sanção congressional. Não há congresso que dê conta dela. Não adianta se candidatar a deputado, pois não vai dar certo... Então, para além da lei não é a lei do amor. Talvez possamos, no futuro, encaminhar um estudo cada vez mais apurado disto. De qualquer forma, há tempos atrás, tentei definir, da maneira mais imprecisa e exata, num pequeno *someto* que publiquei, mas como ninguém gosta de me ler mesmo, então leio eu:

Chega de amor - que os ódios mais fecundos
nascem, crescem, florescem, frutificam
é à sombra dele mesmo e se trumbicam
as intenções mais lindas deste mundo:

aquelas que só levam para o inferno
aonde o amor espera, pelo avesso,
as ganas paranóides do começo,
para repeti-las em retorno eterno.

Nossa hora é de Lei, de afastamento,
de corte sem costura, de respeito,

mais pra medida que pra sentimento.

Possa o amor impossível - só depois -
para além da Lei, ganhar um novo jeito:
de dois não fazer um - mas fazer dois.

Esta é a questão proposta por Freud e Lacan: de dois não fazer um, mas fazer dois - que é a possibilidade do *pas de deux*. Da posição firme do Dois e da sua suspensão radical, eventual, não se sabe para onde nem para o quê. Então, eu diria que a psicanálise não trata da lei do amor, mas poderia escrever assim: *Há-Lei do A-mor* - o que seria a única possível e verdadeira heterossexualidade, a única possível e verdadeira diferocracia. Só há heterossexualidade para além da Lei, num Amor que reconhece o Haver na sua destinação e hiperdeterminação pelo que não-há. Isto seria, talvez em séculos, o que teria que ser exemplarmente transmitido pelo psicanalista ao mundo na sua operação cotidiana. Mas, como eu disse, eles não sabem. Mas podem aprender... Isto seria a cura da perversidade.

* * *

- Pergunta - *Você pode explicar mais como seria uma matemática erótica, uma matemática poética, uma matemática política, uma erótica matemática, uma erótica poética, uma erótica política...?*

Estes procedimentos não são estanques, e sim pólos de ação. Minha colocação de hoje foi no sentido de evidenciar a escuta bárbara dos analistas. Gostaria de mandar o Marquês de Sade pessoalmente a certos analistas para ver se têm culhão para escutá-lo. E não se trata de nada que ele tenha feito, e sim de algo que pensou e escreveu. Acho que um analista que não tem competência para resolver o Marquês de Sade deve pelo menos dizer que está no esforço de se tornar analista, para ser um pouco honesto. Considero uma escuta bárbara aquela que, ao invés de acolher o dito na perspectiva da psicanálise - ou seja, de fazer o sujeito que diz passar ao exercício do reconhecimento do des-objeto radical que (não) há por trás destas fantasias -, faz com que o sujeito fique catando feijão como a dona de casa que fica escolhendo qual está não podre. Isto não é escuta. Esquecem, portanto, de que, numa fala destas, se pode surpreender uma matemática, uma política e uma poética muito sérias através da vertente erótica aí em jogo quanto aos corpos em transações. A coisa fica tão solta que não escutam nem o que é realmente perversista. Ou seja, acabam não escutando nada.

- P - *Por que você traduziu por erótica a condição que Badiou chama de amor?*

O radical grego é *eros*. Quando traduzo o texto dele, coloco *amor*, mas quando tomo para mim digo *erótica*, pois me parece mais genérico. Temo que a delicadeza de Badiou com a teoria, até a de Lacan, recaia nessa coisa idiota das pessoas que falam em amor. Conhecem aquelas pessoas, por exemplo, que só trepam “por amor”? Fazem como se não houvesse algum amor em jogo mesmo quando você está só trepando, ainda que seja um tesão objetal, o que é muito complicado, pois há muitos significantes em jogo e não dá para separar direito. Traduzi por erótica também por conta do valor. Aí, acho mais rigoroso o discurso de Georges Bataille que fala numa erótica que envolve desde o amor místico até a sacanagem bruta, que é tão mística quanto. E passa por uma estética. Ou seja, este é o campo da erótica através do qual temos os procedimentos da matemática, da poética e da política.

- P - *Poderíamos, por esta via, chamar a política de ética?*

Não. Mas eu diria que uma ética atravessa a política. Por que não a erótica ética, a matemática ética ou poética ética? Por isso, no tempo em que não sabia dizer as coisas, fiz o Seminário, que chamei de *Polética*. Chamei assim procurando esse negócio aí, que hoje está mais claro. A ética não é uma condição. Do ponto de vista da estrutura trazida pela psicanálise, é fundamento em cima do fundamento faltoso da estrutura. Existe uma ética que seja pura? Lacan colocou que a ética da psicanálise é fundante, fundadora e fundada na própria estrutura. Então, há discursos que a ética atravessa. Ética, portanto, só há esta. Do ponto de vista da psicanálise, ela não seria a ser constituída discursivamente, porque é fundamento.

- P - *Como você toma a colocação de Badiou sobre a psicanálise como uma das condições junto com a filosofia?*

Em primeiro lugar, Badiou até pede desculpas, pois sabe que não é isto, mas está tomando a psicanálise ali como tal. No *Manifesto pela Filosofia*, ele coloca as condições matemática, poética e política como invenções e a quarta condição, o amor (erótica, como chamo) como pensamento. Ele nos mostra que, nos tempos modernos, esta condição amorosa foi posturada pela psicanálise. Então, toma Lacan inteiro, com Freud dentro, e coloca numa região. Ele toma a filosofia como a abrangência destas condições não no sentido de que as inclui, mas como o pensar a compossibilidade das verdades já dadas por essas condições. Então, fica uma coisa meio vaga no pensamento de Badiou, pois é como se colocasse a psicanálise só na condição amorosa. Mas ele diz que a está aproveitando nesta condição. Evidentemente que não é só aí porque toda a filosofia recente de Badiou, todo seu

pensamento recente, é impossível sem Lacan, é algo que só pode ser pós-lacaniano. Ou seja, até a constituição de sua filosofia passou por Lacan. A não ser que ele faça uma distinção entre dois Lacan, o psicanalista e o filósofo. Há gente que acha que Lacan é filósofo ou pelo menos anti-filósofo.

• P - *Nº O Sexo do Anjos, você coloca a morfose como a questão da obrigação do Gozo-Fálico. Depois, no Seminário de 89, você diz que a morfose seria a universalização de uma modalidade perversa. Hoje, me parece que a questão da universalização de uma modalidade estaria muito mais numa vertente da condição política em relação à posição legal, à erótica de cada um, e a questão da obrigação ficaria como uma questão muito mais clínica.*

Todas as questões são clínicas, inclusive a política. Depois que coloquei a noção de *Marco*, se a tomarmos como conceito de estrutura de uma morfose, ela acaba engolindo as duas outras que você citou e que realmente são um pouco vagas. A *obrigação* masculina, obrigação de Gozo-Fálico, me parece bastante compatível com o *Marco*, ou seja, a partir de, como diria Lacan, determinado significante instala-se uma obrigação de Gozo-Fálico com esta causa significante. Quando falei em *universalização* é que, naquele tempo, antes ainda de tomar os conceitos de *limite*, *horizonte* e *Marco*, eu pensava que a obrigação de Gozo-Fálico para um sujeito acaba sendo o resumo fetichizado da lei. É como se ele substituísse a idéia de universal, que hoje coloco como sendo o limite, pela de universalização daquele princípio. Isto também me parece válido. Aí você diz que parece que é mais do ponto de vista político, na medida em que um sujeito no poder impusesse ditatorial e policialmente a universalização aos demais - isto é, aliás, verdadeiro no mundo em que vivemos - e pergunta se há a clínica disto. É a mesmíssima clínica daquele cara perversista que está lá no seu consultório. A universalização é o que estou falando hoje, basta trocar o horizonte e até mesmo a fronteira pelo objetinho. Ou seja, é como se o objetinho fosse o limite que universaliza, que dá o paratodo. Mesmo um perversista individual dentro da sua perversidade só tem a audácia que tem na medida em que, para ele, o objeto-fetice faz lei e vale para qualquer um. Ele funciona como se aquilo fosse uma lei que valesse para qualquer um. Isto é muito bem descrito pelo Marquês de Sade na imposição a outrem de um modo de gozo. E ele só pode fazer assim na medida em que isto, para ele, se universaliza.

Não é determinado sujeito legislando para a multidão, e sim que a lei se funda assim. Uma lei é universalizante, é para todos. No simples fato de se escrever um enunciado legal, já se está fazendo um ato de perversão e necessariamente, de certo modo, um ato perversista. O estatuto da lei não se dá diretamente conta disto. É capaz de encontrarmos alguns filósofos do direito percebendo essas coisas, mesmo porque, para além da lei, há uma jurisprudência que

maneja um pouco as coisas. Se um legislador disser que é impossível governar sem isto, o que ele fica sem saber é que nem com isto é possível. Então, não estou pedindo que não se tenha lei alguma porque uma lei é pojada de perversidade, mas sim que se lembre disto, que não se oculte a perversidade legal. Não preciso ficar me escondendo de estar condenado a ter que fazer o que faço, pois se me escondo, aí a coisa se torna perversista mesmo. Num regime de ordenação de mundo, em qualquer institucionalidade, é preciso um manejo de regras, de ditames legais, etc., o que não pode, para não se tornar perversista, é esquecer este fundamento. Estou dizendo que isto participa da perversidade, mas não o é necessariamente, a não ser quando se o esconde. Então, não posso me eximir de que, ao exarar um ditame, seja ele qual for, estou universalizando. É preciso lembrar do *universal* que vai nesse ato.